

## RESILIÊNCIA NA ADOÇÃO

*Milcia Ghilardi Caiani de Góes*

*Aquilo que não me mata me faz mais forte  
Nietzche*

O objetivo desta pesquisa bibliográfica é a elucidação quanto à promoção e o desenvolvimento de resiliência em crianças, utilizando-se deste promissor instrumento de trabalho dentro do contexto da adoção, para que estas crianças tenham uma reintegração mais saudável à realidade na superação dos eventos traumáticos sofridos, conduzindo-as a uma vida competente.

Resiliência pode ser definida como a capacidade de uma pessoa, de um grupo ou de uma comunidade de superar eventos negativos ou adversidades, transcender as circunstâncias numa situação de risco causadora de stress, com menor dispêndio possível de recursos internos, trazendo não somente a uma superação do problema em si, mas a uma transformação mais positiva, criando espaço a uma nova forma de estar, agir, interagir. O indivíduo resiliente reconfigura-se a nova situação, adaptando-se, reintegrando-se a essa realidade. Dá sentido a sua dor, direcionando-a de forma a trazer-lhe fortalecimento, equilíbrio, positividade e energia. A conduta resiliente pode ser um promotor de crescimento, trazendo uma vida ajustada, equilibrada, competente, pois a resiliência pode ser promovida não somente por causa da adversidade, mas ao invés disso, pode ser desenvolvida em antecipação a adversidades inevitáveis. A resiliência não é uma característica inerente ao indivíduo, não tem constância de tempo integral e definitiva por toda uma vida. Para cada circunstância negativa apresentada o indivíduo demonstrará ou não resiliência para enfrentá-la. A resiliência surge entre os fatores pessoais e sociais e se manifesta de maneira específica em cada indivíduo.

Segundo Michael Rutter (1978) *apud* Burak (1995), resiliência refere-se às diferenças individuais em responder ao estresse e adversidade e em esclarecer superações adaptativas e positivas. Resiliência não é um atributo fixo de um indivíduo, mas varia dinamicamente com a experiência individual.

Risco é concernente aos aspectos negativos da vida, a sua percepção individual em ver, sentir, perceber e interpretar os eventos negativos. Assim o risco precisa ser relacionado à história de vida do indivíduo e sua compreensão deste. Situações de riscos não são definidas como e tão somente catástrofes naturais, doenças ou qualquer outro evento negativo generalizado e coletivo, mas também eventos pessoais individualizados e dentro do contexto específico daquele indivíduo naquele momento. Na situação específica de risco, causadora de uma situação de stress o indivíduo vai agir pela sua forma de perceber a situação, disponibilizará de seus recursos internos e externos para ser resiliente e obter uma resolução satisfatória, optando pelo Enfrentamento, também chamado de Coping ou pela sua fuga, não enfrentando o risco e não se utilizando de resiliência.

GÓES, M. G. C. Resiliência na adoção. In: CONVENÇÃO BRASIL LATINO AMÉRICA, CONGRESSO BRASILEIRO E ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. 1., 4., 9., Foz do Iguaçu. **Anais...** Centro Reichiano, 2004. CD-ROM. [ISBN - 85-87691-12-0]

---

Assim, risco e coping abrem novos campos de trabalho e pesquisas nas mais diversas áreas, dando-se importante e frutífera matéria de estudos e pesquisas inter e multidisciplinares, orientando-nos sobre os fatores de proteção que preservam a integridade psicológica e mental das pessoas e na definição de alguns facilitadores de promoção de resiliência que serão muito úteis no tratamento e também na profilaxia de tantos distúrbios conseqüentes de eventos traumáticos.

Para interagir com os fatores de risco foram identificados os fatores de proteção, determinantes na promoção de resiliência, de uma forma satisfatória para seu desenvolvimento psicossocial. Garnezy e Masten, (1994), já citado por Ceconello e Koller (2000), identificaram três fatores de proteção em indivíduos:

1) Características individuais, como auto-estima, inteligência, capacidade para resolver problemas e competência social; 2) Apoio afetivo transmitido pelas pessoas da família, através de um vínculo positivo com os cuidadores; 3) apoio social externo, provido por outras pessoas significativas como escola, igreja e grupos de ajuda.

A competência social foi acrescentada como um fator de proteção para o indivíduo, pois está relacionada com a capacidade para uma adaptação favorável, de equilíbrio de poder e de trocas positivas (CECCONELLO,1999, DEL PRETTE e DEL PRETTE, 1999) *apud* Ceconello e Koller (2000). Tyler (1984) já citado por Ceconello e Koller (2000) já havia definido três características para a competência social: 1) otimismo nas pessoas e no mundo; 2) iniciativa, objetivos realistas e esforços para alcançá-los; 3) auto-eficácia, auto-avaliação positiva e controle dos eventos de sua vida. A Amizade foi considerada como uma contribuição para a competência social, pois os processos de amizade promovem recursos emocionais e instrumentais que aumentam a capacidade das crianças para enfrentar positivamente as demandas do ambiente, adaptando-se a ele (LADD et al., 1996) *apud* Ceconello e Koller (2000).

“A amizade redobra as alegrias e reparte as penas em duas metades”. Bacon

“A amizade é uma alma em dois corpos”. Aristóteles

A Criança é a chave fundamental desta questão, pois com elas as pesquisas demonstraram que mesmo expostas integralmente a fatores de risco, ainda assim, felizes e ajustadas tornaram-se adultos e competentes. É de suma importância identificarmos como a criança se torna resiliente, como ela desenvolveu os fatores de resiliência, como resiliência pode ser desenvolvida por pais, professores ou quaisquer outros cuidadores responsáveis para capacitá-la a se desenvolver num adulto em alto nível de funcionamento.

“As crianças são inerentemente vulneráveis, mas sem dúvida são fortes em sua determinação à sobreviver e crescer”. (RADKE-YARROW SHERMAN, 1990)

GÓES, M. G. C. Resiliência na adoção. In: CONVENÇÃO BRASIL LATINO AMÉRICA, CONGRESSO BRASILEIRO E ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. 1., 4., 9., Foz do Iguaçu. **Anais...** Centro Reichiano, 2004. CD-ROM. [ISBN - 85-87691-12-0]

---

As características da resiliência são um grande desafio, pois o enfrentamento da adversidade requer uma dinâmica e uma interação balanceada dos fatores de risco e de proteção. Fazendo-se necessário reduzir as características para um número mais gerenciável e ainda assim manter tudo de todas elas, o Centro de Pesquisa Internacional Civitan, UAB, no Projeto Internacional de Pesquisa sobre Resiliência, 1996, descreve um sistema de classificação claro e significativo: 1) EU TENHO no lugar de recursos e apoios externos, 2) EU SOU, EU ESTOU, no lugar de força interna e pessoal e 3) EU POSSO/ EU QUERO no lugar de habilidades interpessoais e sociais.

Anthony (1974) e Garmezy (1974) *apud* Cederblad (1990) foram pioneiros no tipo de estudo que focaliza o fenômeno. Entre os fatores que eles identificaram como explicativos para essas histórias de sucesso está o SOC - Sense of coherence- Senso de Coerência. Antonovsky (1979) *apud* Cederblad (1990), desenvolve este conceito, o qual, por tal orientação de vida, permite a seleção de estratégias de enfrentamento apropriadas e fornece uma base sólida para manutenção e fortalecimento de saúde e bem-estar. Em pesquisa realizada por Dr. Marianne Cederblad, (1990), ela constatou em sua amostragem que ao menos metade dela manifestou considerável resiliência, utilizando-se de elevado senso de coerência, por colocar-se estreitos limites de expectativas, por aprender a viver com limitações, por usar comparação das condições da infância e origens, por aprender a não se queixar sobre “o que não pode ser ajudado, ou feito” e um senso de funcionamento, saúde e bem-estar em alguém poder alcançar como o outro se sente. E embora o SOC seja uma orientação disposicional de uma pessoa, deve ser enfatizado que é enraizado no desenvolvimento social e circunstâncias históricas.

Segundo Laing, (1983), família pode ser vista como uma totalidade, sistema ou grupo formado por pessoas que se relacionam entre si, por parentesco e /ou por se considerarem pertencentes aquele contexto. Tais relações idealmente, se caracterizam por união e por influência recíproca direta, intensa e duradoura. Talvez esta como muitas outras, seja mais uma versão idealizada da definição de uma família. Mas, jovens vítimas de maus tratos e abusos, vítimas de violência dentro de suas próprias casas, bem como negligência e abandono, também idealizam o que seja uma família. Especialmente aqueles jovens que sofrem novamente uma agressão, agora mental e psicológica, quando extraídos da vida doméstica e abrigados em instituições públicas. Enquanto por muitas vezes, o agressor continua em seu ambiente doméstico até que seja provada sua culpabilidade e se sentencie sua punição, ou ainda, por vezes, o jovem continua convivendo com seu agressor. O desenvolvimento e promoção de resiliência podem equipar esses jovens de instrumentos e bagagem para ter uma perspectiva de uma vida melhor e fomentar nele o desejo de até mesmo transmitir a seus pares esse aprendizado.

Dentro desse panorama pluridisciplinar, uma abordagem dentro do contexto da adoção e suas muitas facetas, se faz necessária visto que temos tão pouca ou nenhuma literatura a respeito

GÓES, M. G. C. Resiliência na adoção. In: CONVENÇÃO BRASIL LATINO AMÉRICA, CONGRESSO BRASILEIRO E ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. 1., 4., 9., Foz do Iguaçu. **Anais...** Centro Reichiano, 2004. CD-ROM. [ISBN - 85-87691-12-0]

---

de como ajudar ou promover resiliência nas crianças adotadas. A resiliência poderá ajudar na superação de seu trauma originário de abandono, as famílias adotantes a enfrentarem os problemas que possam vir a surgir e aqueles pais que “abandonaram” seus filhos a se firmarem em suas razões e decisões. Enfim, para que todos dentro deste contexto possam superar, dar continuidade a suas vidas num caminho saudável e natural sem serem incomodados a vida toda por essa ferida ainda aberta. Na verdade a intenção do estudo é fechar essa ferida como tantas outras que possam surgir durante a vida de todos e torná-la naturalmente em apenas mais uma cicatriz. Visto que, Boris Cyrulnik (2001), considera que as pessoas mesmo nos casos mais terríveis, podem se recuperar e retomar o curso de suas vidas, graças a algumas faculdades adquiridas na infância e ao apoio recebido depois da experiência traumatizante.

Segundo o próprio Cyrulnik é no discurso social que se deve compreender o efeito devastador do trauma. Precisamos estar atentos a nossa reação sobre o problema ou especificidade do outro para evitarmos o trauma ou para minimizá-lo e o tornarmos suportável numa criança abandonada, adotada e seus vínculos. O olhar da nossa sociedade direciona o sofrimento, a provação em trauma. Seria a fundamentação dos promotores de resiliência desenvolvidos nas pessoas, o que as tornaria mais felizes, mais saudáveis alterando esta visão ainda muito preconceituosa de fracasso sobre um assunto ainda sofrido e evitado por muitos. Dependemos de nossos recursos internos, desenvolvidos em nosso crescimento desde o nascimento, principalmente nas nossas interações com os nossos cuidadores na fase pré-verbal e de nossas interações com o meio-ambiente que nos cerca na infância e juventude. E quanto, como e de que forma esse meio-ambiente supri, apóia e fortalece essas crianças para a formação de indivíduos resolutos e saudáveis.

Fazer nascer uma criança não basta, é preciso também colocá-la no mundo, cercá-la de circuitos sensoriais que lhe sirvam de tutores de desenvolvimento. Mesmo que uma criança seja sadia genética e neurologicamente, se ao seu redor não houver quem a toque, lhe fale, cuide de sua higiene, ou mesmo chame a sua atenção, seu desenvolvimento será gravemente alterado. A privação de contatos e de afeição pode chegar a gerar atrofia física e cerebrais. Em instituições onde as crianças órfãs são despersonalizadas, algumas meninas chegam a não desenvolver plenamente sua feminilidade do ponto de vista hormonal (CYRULNIK, 1990).

A retomada do desenvolvimento dessas meninas e de outras meninas e meninos é nossa responsabilidade. Se por muitas vezes estamos totalmente impotentes perante as adversidades da vida, certamente não estamos quanto à criação, manutenção e ao fortalecimento dos nossos recursos pessoais. E a maior descoberta é não estarmos impotentes quanto à promoção de resiliência nas crianças, por quem devemos nos responsabilizar, para quem devemos um legado de maior saúde e felicidade. Nem sempre a resiliência se dá para fortalecer num sentido bom, justo e cabível a sociedade. Mas, sempre se dá para fortalecer momentaneamente o indivíduo naquele momento de sua vida. No conceito da sobrevivência, podemos até tomar a delinquência

GÓES, M. G. C. Resiliência na adoção. In: CONVENÇÃO BRASIL LATINO AMÉRICA, CONGRESSO BRASILEIRO E ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. 1., 4., 9., Foz do Iguaçu. **Anais...** Centro Reichiano, 2004. CD-ROM. [ISBN - 85-87691-12-0]

---

dentro de uma visão resiliente para aqueles que foram ou estão às margens da sociedade e que habitam um mundo por diversas vezes desconhecido para nós, que não o vivenciamos. Eu os chamaria “Filhos da rua”. “Nesse caso a delinquência tem o valor de uma adaptação a uma sociedade louca”, segundo Cyrulnik: Adaptação é resiliência. Ela se dê num sentido positivo ou não, para o bem da sociedade ou não, a adaptação desta forma fez com que o jovem ou a criança tenha conseguido sobreviver por mais algum tempo entre os mais fortes, enquanto que, não delinquindo, já estaria massacrado por essa outra sociedade, ou comunidade à que pertence.

Se voltarmos nossos olhos para as famílias adoecidas de uma sociedade marginalizada e compostas de vítimas que estão causando outras vítimas, em que a miséria está causando sérios danos sociais, psicossociais, psicológicos, poderemos ver dentro de um quadro onde a criança é subtraída de sua família, de sua comunidade, de seus amigos e do lugar onde já construiu alguma identificação para ser colocada em instituições. Onde na maioria das vezes, em nome da higiene e da disciplina é tratada com desrespeito à sua própria imagem e à seu corpo, desde as acomodações precárias de muitas instituições até ao corte de seus cabelos para não “pegarem piolhos”, destruindo assim sua auto-imagem, mexendo com sua identidade e deixando-lhe muitas vezes apenas o desespero como companhia. Muitas vezes ali permanecem tempo suficiente para perderem a esperança. Sem perspectivas de futuro, vêem suas histórias de vida, boas ou ruins não serem respeitadas, tirando-lhes a oportunidade de se utilizarem uma de fonte de resiliência que é fortalecer-se em sua imagem, corpo e história de uma maneira positiva com algum suporte social. Afinal sua resiliência teria que se dar na recuperação de seus traumas e não na formação de outros, agora vindos da dita Instituição e de seus cuidadores. Visto que existe resiliência pessoal, grupal, institucional e comunitária é válido atentarmos para o trabalho de políticas de promoção de resiliência voltadas a esses grupos para atenderem o quanto melhor as suas funções.

Os Wollins (1994), também ressaltam como um forte indicador de resiliência, o perder-se, o distanciar-se, o extraviar-se observado em algumas crianças que precisam ainda manter algum tipo de conexão com seus pais biológicos abusivos ou negligentes. Ela se aproxima quando se sente segura para tal, seletivamente transferindo entre afirmar sua própria independência e afastar-se. Aproxima-se para alimentação e contato quando está salvo – a mãe não está alcoolizada ou o pai não está batendo. Ao primeiro sinal de perigo, essas crianças são mestras em afastarem-se daquele núcleo até se sentirem seguras novamente. Pais adotivos podem tentar aumentar o número de vezes em que se aproximam, como na alimentação que é uma excelente oportunidade de contato e diminuir as ocasiões em que sentem que a criança se distancia. (DEE PADDOCK, 2002).

A maior parte dos jovens institucionalizados possuem vivências demasiadamente traumáticas, e alguns deles utilizando-se de um mecanismo de defesa de esquecimento, tentam

GÓES, M. G. C. Resiliência na adoção. In: CONVENÇÃO BRASIL LATINO AMÉRICA, CONGRESSO BRASILEIRO E ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. 1., 4., 9., Foz do Iguaçu. **Anais...** Centro Reichiano, 2004. CD-ROM. [ISBN - 85-87691-12-0]

“driblar” sua atual condição. O silêncio também deve ser respeitado. O esquecimento às vezes é uma forma saudável de lidar com a situação e por muitas vezes necessária, especialmente quando há continuidade da convivência com o estressor no mesmo cenário ou com a causa do trauma. Também para tentar ter domínio novamente de suas emoções e controlar sua vida sem se autopenitenciar com lembranças traumáticas. É uma reação saudável e também sinal de enfrentamento e resiliência.

Cyrułnik acrescenta que o traumatismo é reparável, mas não reversível. Portanto recursos internos e externos terão que ser disponibilizados para utilizarmos tutores de superação, eu diria, promotores de resiliência para se ter mais chances de resoluções positivas, superação do problema sem continuar a lamber a ferida, ainda feridos e machucados. Maculados talvez, mas que restem apenas as cicatrizes.

Seligman (1995) *apud* Luthar (1991) desenvolveu o conceito de Paradigma da Desesperança: “Quando as pessoas acreditam que elas são impotentes para controlar o que acontece com elas e tornam-se passivas e restritas em suas habilidades de enfrentamento. Por outro lado, quando os indivíduos acreditam que os eventos e resultados são controláveis, o aprendizado da desesperança é evitado e, ao invés disso, tentativas ativas para vencer situações aversivas são realizadas.”

Este paradigma tem conseqüências práticas, não apenas no enfrentamento do presente, mas pode participar ativamente da construção de um futuro anunciado sem perspectivas, ou pior, com o predomínio de profecias negativas, retirando do sujeito à energia que acompanha a luta pela felicidade (VICENTE, CECIF-1999).

Podemos acreditar que esse terrível panorama das crianças abandonadas, vivendo nas ruas, muitas delas fugidas de seus lares e toda essa visão de submundo e subsistência é passível de mudança. Para tanto precisamos dar a essas crianças ou jovens, mecanismos de promoção de resiliência, facilitadores que os ajude, direcione e oriente-os de uma forma que possam se distanciar de seus traumas, disponibilizar seus recursos e retomarem suas vidas da forma mais natural possível.

Segundo Platão, a cura deveria se dirigir à alma. Desde os primórdios, xamãs procuravam curar seus doentes ligando-os ao cosmos e ao divino. Tentavam restabelecer o equilíbrio interno compondo o corpo físico com o mental e o emocional, fazendo a ligação do homem com seu interior, com seu espírito, seu Deus interior, com a natureza, com o Universo e tudo o que representasse a essência da vida. Tudo que desse sensação de bem-estar, prazer, paz, felicidade e amor dando-se em forma de saúde e cura. Os seres humanos certamente são mais resilientes quando em contacto com sua essência.

GÓES, M. G. C. Resiliência na adoção. In: CONVENÇÃO BRASIL LATINO AMÉRICA, CONGRESSO BRASILEIRO E ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. 1., 4., 9., Foz do Iguaçu. **Anais...** Centro Reichiano, 2004. CD-ROM. [ISBN - 85-87691-12-0]

---

“Assim, a força vivida da sua mente derrubou todas as barreiras, e ele foi muito além dos muros flamejantes do mundo. E, em mente e espírito, cruzou o universo ilimitado”. Lucrécio (De rerum natura)

Mas, para me ater à proposta do estudo e honrar o título a que me proponho, quero enfatizar que no caso específico do universo da adoção, sobre o foco da resiliência, podemos ajudar essas famílias, onde há a dor e o sentimento de perda para todos os envolvidos. Os pais de nascimento, chamados aqui de pais biológicos perdem a oportunidade; desejada ou não, de criar seus filhos; os pais adotivos na maioria dos casos perderam filhos nascidos ou em gestação ou na infertilidade, mas especialmente perderam sim, a oportunidade de terem sido eles mesmos os pais biológicos daqueles seus filhos tão amados, e as crianças em si, perdem a oportunidade de terem sido criadas por seus pais biológicos, de terem contato com seu clã genético e em muitos casos com sua etnia, sua cultura e origem, por vezes tão distintas de sua família atual. Especialmente nos casos de adoções tardias. E manter uma ligação desta criança com sua cultura torna-se demasiado importante para sua formação. Costumes devem ser respeitados tanto quanto pré-nomes. O nome de uma pessoa é sua identificação com o mundo. Mudar isto a desloca de sua própria imagem, como ela mesma se vê e como se coloca no mundo. Essas famílias freqüentemente lutam para serem e sentirem-se “normais” dentro das crenças culturais do que é uma família nuclear idealizada. E nestes tempos modernos em que vivemos, não podemos mais nos apegar a esses modelos estereotipados. Há famílias unipessoais, filhos apenas de mães ou de pais, crianças nascidas de “produções independentes”, crianças que vivem com avós e mães solteiras e adolescentes, crianças que são criadas e educadas por tutores, crianças que foram geradas com sêmens doados em laboratórios e assim por diante. A criança não pode fugir de sua história, portanto, esta história deve ser aceita pelos que a rodeiam, como mais uma história de vida com suas particularidades dentre tantas.

Dentro de muitas famílias marginalizadas socialmente, em sua maioria de componentes afro-descendentes pratica-se a adoção de maneira informal. Sem esta conotação, mas de maneira a incorporar crianças da comunidade às suas famílias, sem mesmo se preocupar com o termo. Pois ainda existe preferência pela cor branca na procura de crianças a serem adotadas e conforme pesquisa realizada pela psicóloga e professora Lídia Weber (1998), da UFPR, há menos negros adotando do que crianças negras sendo adotadas, justamente pela classe negra ser desprivilegiada socialmente.

Eisenberg, Fabes, Schaller, Carlo & Miller (1991) *apud* Cecconello e Koller (2000), falam que as crianças aprendem com seus familiares como contatar e lidar com seus sentimentos e a forma de expressá-los. Estima-se que 70% do que as crianças aprendem conosco vêm da observação. Apenas 30% elas absorvem do que lhes ensinamos falando. O modelo de lidar com a vida, de como resolvemos nossos problemas e somos ou estamos resilientes, de como mantemos

GÓES, M. G. C. Resiliência na adoção. In: CONVENÇÃO BRASIL LATINO AMÉRICA, CONGRESSO BRASILEIRO E ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. 1., 4., 9., Foz do Iguaçu. **Anais...** Centro Reichiano, 2004. CD-ROM. [ISBN - 85-87691-12-0]

---

nossa capacidade de sonharmos, nos impomos perspectivas de futuro, de como cumprimos nossos compromissos e nos adaptamos a tudo que não podemos mudar, de como lutamos para conquistar aquilo que podemos e tudo o mais que lhes transmitimos é o seu maior aprendizado. O não verbal tem um peso maior na educação do que o verbal. Em bom modelo, os pais ensinam a seus filhos a conquistarem a habilidade de desenvolverem resiliência.

Os pesquisadores Steven and Sybil Wolin (1994), relatam como normalmente as crianças são tomadas como objetos passivos e não participantes de suas vidas. E contrariando este pressuposto observam o poder da criança para impactar seu próprio sucesso ou fracasso. Estes autores nos encorajam a rejeitar esta visão de que chamam “Modelo do prejuízo” (damage model) para atuarmos em cima de um outro modelo chamado de “Modelo do desafio” (challenge model). “Com o pensamento baseado no desafio, o orgulho dirige a máquina da mudança, ao passo que, do pensamento baseado no prejuízo e na ferida do passado, a vergonha freqüentemente emperra a engrenagem.” (Wollins). William Allman, (1994), também sustenta esta teoria e encoraja o uso dela numa resposta de desafio para desenvolver e adquirir resiliência. Muito comumente a adoção é vista pelas lentes do modelo – prejuízo, as pessoas tendem a ver as crianças adotivas como simplesmente objetos passivos que necessitam de resgate, destinadas ao fracasso. Mas pela ótica da resiliência como podemos ver, há muitos fatores de promoção de resiliência para um modelo de desafio e superação de seu trauma inicial, passando a um modelo de ganhos e sucesso. Transcender as circunstâncias para uma criança nem sempre é o que esperávamos que fosse, como no caso acima citado da delinqüência juvenil. Crianças adotadas ou não precisam ser orientadas e acompanhadas, sempre, por cuidadores que lhes forneçam visão e caminhos para acessarem tanto recursos externos como internos para adquirirem perspectivas e instrumentos para uma vida social saudável. Num sentido societário, essa tarefa seria muito eficaz contra a delinqüência e transtornos psicológicos.

A naturalidade é inerente à criança, não é no adulto que cuida, consola, atende, leciona, acompanha ou acolhe. É nesse adulto que precisamos trabalhar para que seu gesto, seu olhar, seu movimento sejam condizentes com suas palavras. Ele deve estar atento a sua própria condição psicossocial para atender devidamente a um mecanismo tão delicado e complexo. Estar atento a sua própria incompletude. É fundamental a capacitação do grupo cuidador em “re-significar” seus valores e “descristalizar” suas crenças a respeito de seu trabalho com crianças. A adoção deve ser encarada com informação, respeito, amor, compreensão e com muita naturalidade em todos os seus aspectos e por todos os sujeitos deste cenário.

Existem divergências quanto à análise e estudos sobre mães que “abandonam seus filhos”, pois há teorias que as colocam como vilãs dentro de um julgamento conservador e moralista com comportamento atípico do papel que ocupa, bem como há também teorias que as colocam como vítimas de uma sociedade burguesa, de fazerem parte de uma classe social

GÓES, M. G. C. Resiliência na adoção. In: CONVENÇÃO BRASIL LATINO AMÉRICA, CONGRESSO BRASILEIRO E ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. 1., 4., 9., Foz do Iguaçu. *Anais...* Centro Reichiano, 2004. CD-ROM. [ISBN - 85-87691-12-0]

---

desprivilegiada, da pobreza, da violência, etc. Mas deve-se levar em consideração o fato real de que nem em toda mulher existe o desejo da maternagem. Lucinete S. Santos (1998), Assistente Social Forense, em trabalho divulgado pela Cecif descreve algumas citações dessas mães que abrem mão de seus filhos. Os motivos que as levam a isso como já dissemos antes, o principal, mais aceito e dito por elas é o financeiro, a falta de poder aquisitivo e apoio familiar, mas também há aquelas que utilizam de maior honestidade e franqueza. Isto pode parecer imoral, desumano, cruel, até mesmo muito feio, mas isto se dá aos olhos de uma sociedade moralista que não respeita as diferenças. Diferente, atípico sim, mas até onde podemos realmente julgá-la, sendo que na maioria das vezes se sabe tão pouco sobre ela. Quando a decisão está tomada, muitas delas quando questionadas, dizem não querer a criança e até mesmo quando se coloca ajuda provisória ou abrigo provisório na tentativa de manter esta criança com ela, ela se recusa prontamente:

E parafraseando Becker, como bem lembra Lucinete Santos (1998), podemos dizer que:

“Não se pode assumir de manter o vínculo a qualquer preço, pois a rejeição real e manifesta, quando de fato existe, coloca em risco o desenvolvimento afetivo do bebê. Não cabe aqui julgamento moral e sim reconhecer que há mulheres que não se dispõem a ser mães, circunstancialmente, daquela criança ou mesmo por opção definitiva. É importante respeitar tais decisões e, nesses casos, tomar todas as providências necessárias para assegurar o direito da criança ser acolhida por pessoas capazes de amá-la e protegê-la”.

Assim pais continuam tentando se desfazer de seus filhos das formas mais absurdas. Uma vez que abandono de incapaz é crime, com pena de 6 meses a três anos (se houver lesão) e de 4 a 12 anos em caso de morte, muitos pais com medo das implicações que podem sofrer com o caso, senão tomam atitudes de abandonos dos mais variados e despropositados, acabam por ficar com as crianças e a rejeição e os maus-tratos vigoram. As crianças sofrem desde danos psicológicos até graves lesões corporais, muitas vezes com seqüelas irreversíveis. O que se pode dizer de fato, é que se deve primeiramente esgotar todos os recursos disponíveis para manter a criança com sua família de origem biológica, mas esgotados estes recursos, deve-se realmente respeitar o desejo e a decisão da mãe e o bem-estar futuro da criança. O bom senso para se resolver estas situações o mais rápido possível é primordial para maximizar as chances dessas crianças. Pois o que não é cabível é sabermos que existem estimativas sobre um milhão de crianças estarem em instituições no Brasil, sendo que 250 mil fixas e o restante em períodos intermitentes. E sabe-se também através de pesquisa realizada por Lídia Weber (1998), da Universidade do Paraná, que 8% das crianças internadas tinham pais destituídos do pátrio poder, mas dentre as outras 91%, a maioria, cerca de 69% nunca recebeu a visita de seus pais, bem colocado pela pesquisadora como “Filhos da solidão”. Segundo a mesma pesquisadora, trabalhos foram feitos sobre como os laços afetivos são construídos e não dependem dos famosos laços de sangue. E que contrariando a visão do senso comum que generaliza a adoção e o fracasso familiar, estas relações são relações de sucesso.

GÓES, M. G. C. Resiliência na adoção. In: CONVENÇÃO BRASIL LATINO AMÉRICA, CONGRESSO BRASILEIRO E ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. 1., 4., 9., Foz do Iguaçu. **Anais...** Centro Reichiano, 2004. CD-ROM. [ISBN - 85-87691-12-0]

Outro fator não menos relevante são as motivações dos pais adotivos que, embora muitos deles tenham motivos nem sempre dentro do ideal esperado, isto não foi de maneira alguma prejudicial para a relação desses pais adotivos com seus filhos adotados, pois o que se sabe com certeza é que o vínculo afetivo que é construído é tão forte, que os motivos iniciais são na verdade esquecidos e ou neutralizados. “Pais adotivos são curadores feridos”. (DEE PADDOCK, 2002)

Filhos são filhos. E o que se sabe de pais adotivos é que em sua esmagadora maioria relatam que quando embalam seus bebês para dormir, quando os alimentam, quando os cobrem durante a noite, quando tiram sua febre ou quando se preocupam com escola, amigos, com a educação que darão a eles e sobre seus futuros, não se atém ao fato de não terem nascido de seu corpos físicos e de não serem seus descendentes genéticos, e sim, sobretudo, sobre eles terem nascido, de estarem no mundo, serem sua responsabilidade e a sua razão maior de existir.

“Crianças são filhos e adultos devem ser pais”. Alguns adultos colocam-se eternamente na posição de filhos e, portanto, é tão difícil se colocarem na posição de pais, quando é preciso. Todos podemos ser um pouco pais das crianças que estão no mundo no mesmo momento que nós. Destas crianças que estão compartilhando do mesmo ar, do mesmo momento histórico e ao mesmo tempo, nascidas na Terra e fazendo parte da humanidade conosco. Eximir-se dessa responsabilidade nada mais é do que se apegar à ilusão de estar imune e protegido de uma sociedade já por demais doente para não nos afetar. Mais cedo ou mais tarde nos depararemos com situações em que dependeremos do outro que não ajudamos a formar. O cuidado e a profilaxia nas crianças é o nosso maior investimento para uma humanidade com maior saúde relacional, independente de uma adoção formalizada ou não. Alguém já disse que adotar é dar pais às crianças sem pais, eu diria que adotar é assumir a sua responsabilidade sobre o que já lhe pertence, pois enquanto houver crianças no mundo, somos todos pais.

=====

## REFERÊNCIAS

ALLMAN, WILLIAM, BOWERMASTER, D. **The Inner Game of Winning**. US: New Amp & World Report, v. 116, February, 14, 1994.

BURAK, SOLUM DONAS. **Resiliência y Desarrollo humano: aportes para una discusión**, Organización Panamericana e Mundial de la Salud em Costa Rica, 1995. Disponível em: [www.binass.sa.cr/adolescencia](http://www.binass.sa.cr/adolescencia).

CECCONELLO, ALESSANDRA M., KOLLER SILVIA H. **Competência Social e Empatia**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Estudos de Psicologia (Natal), vol 5 n.1, p.71-93-ISSN 1413-294x, jun 2000.

CECIF - Centro de Capacitação e Incentivo a Formação de profissionais, voluntários e organizações que desenvolvem trabalho de apoio à convivência familiar.

CEDERBLAD M., DAHLIN L., ANTONOVSKY A., HAGNELL, O. Childhood vulnerability and adult invincibility – **Acta Psychiatr Scand**. Lund, Sweden: University of Lund, 1990.

**REFERÊNCIA:**

11

GÓES, M. G. C. Resiliência na adoção. In: CONVENÇÃO BRASIL LATINO AMÉRICA, CONGRESSO BRASILEIRO E ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. 1., 4., 9., Foz do Iguaçu. **Anais...** Centro Reichiano, 2004. CD-ROM. [ISBN - 85-87691-12-0]

CYRULNIK, BORIS. **Nunca se deve reduzir uma pessoa a seu trauma.** Entrevista de Anne Rapin: França: Label, n. 45,12/2001. Disponível em: [www.ambafrance.org.br](http://www.ambafrance.org.br).

DE ANTONI, CLARISSA KOLLER, SILVIA H. **A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar,** Universidade Fed. do Rio Grande do Sul, Estudos de Psicologia (Natal), vol.5 n.2, p. 347-381- ISSN 1413 –294 x, dez, 2000

DEE PADDOCK, M.A. **Families with a difference.** Denver, Colorado, 2002. Disponível em: [www.adopting.org/DeePaddock/html](http://www.adopting.org/DeePaddock/html).

GROTBERG, EDITH H. Findings from the research and the effectiveness of interventions of **The International Resilience Project.** Canada, July 24-28, 1996.

LAING, R.D. **A política da família** (2a. edição) S.Paulo, Martins Fontes,1983.

LUTHAR, S.S. **Child Development.** Vulnerability and Resilience: A Study of high risk Adolescents, Vol. 62, p 6-22, 1991.

MONTE VICENTE, CENISE. **Abrigos: desafios e.perspectivas.** Fonte: Boletim uma família para uma criança – ABTH - nº 12/13 ,26/04/1999.

SANTOS, LUCINETE S. **Mulheres que entregam seus filhos à adoção** - os vários lados dessa história. Fonte: Boletim uma família para uma criança –nº 9- ano I de 23/10/1998.

WEBER, Lídia N. D. **Laços de Sangue.** Famílias adotivas e mitos sobre laços de sangue,1998.

WOLIN, Steven, WOLIN. **The Resilient Self.** Villard Books. Sybil, 1994.

=====

**Milcia Ghilardi Caiani de Góes**

**Cidade:** Sorocaba/SP – Brasil

**E-mail:** [milcia@terra.com.br](mailto:milcia@terra.com.br)